

ABORDAGEM DA DIVERSIDADE SEXUAL NAS ESCOLAS

Maria Francimar Teles de Souza¹
Fabiana Teles de Souza²
Rosa Cruz Macêdo³
Nágila Kellen de Carvalho Monte Bringel⁴

INTRODUÇÃO

É comum nos depararmos com resistência no tratamento da sexualidade em todos os âmbitos, mas na escola tem sido frequente porque educandos, educadores e pais ainda não conseguem aceitar essas diferenças e quando aceitam não conseguem lidar com elas. Como afirma Teixeira (2012):

A sexualidade humana possui diversas dimensões tão complexas quanto o próprio ser e provavelmente, a mais notável distorção se dá no que diz respeito à compreensão e vivência da sexualidade nos dias de hoje, seja o reducionismo, isto é, a diminuição da sexualidade a uma única, qual seja, a biológica. E em muitos casos, a redução: a concepção da sexualidade na mera visão biológica-genital ou gonádica (órgãos sexuais). Ora, se essa dimensão existe e é importante, mas não ocupa – se ocupa – todo o tempo da vida. É necessário tomar consciência das dimensões que sexualidade abrange: Sexo biológico (formulação cromossômica (celular), formação de gônadas, vias genitais e dos órgãos externos e a produção de hormônios); sexo psicológico o qual segundo Oraison (1977), explica “o órgão principal da sexualidade humana é o cérebro. Então, podemos dizer que é um fenômeno psíquico”. Temos ainda a visão sociocultural enquanto forma de expressão social da masculinidade e feminilidade – duas formas de ser e de agir. (TEIXEIRA, 2012, s/p)

E a cada dia surgem mais opções de viver essa sexualidade, o que não tem tornado nada fácil o trabalho da família e da escola com esse tema. No entanto, ainda é da família e da escola o papel de fixar, discutir e compreender essa sexualidade e, fazer dela mais um suporte de acesso e permanência no contexto escolar e social. Seja com exemplos de vivências sobre ela, seja despertando a atenção para o sexo e, ao mesmo tempo, impedindo-o e atrelando-o ao perigo; entendendo que a escola é o lugar institucional para o direcionamento da política

¹ Mestranda do Curso de Pós – Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Sertão Pernambucano - PE, ciarsouzatelesl@gmail.com;

² Mestranda do Curso de Arquitetura e Patrimônio da Universidade Federal do Ceará - UFC, fabiana.souza.ft@gmail.com;

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri - UFCA, obccariri@gmail.com;

⁴ Doutor pelo Curso de XXXXX da Universidade Federal - UF, coautor3@email.com;

educacional em gênero e diversidade sexual e a família o ponto de apoio para vivência dessa sexualidade sem nenhum preconceito.

Teixeira (2012) ainda afirma que

Sexo é comunicação, é linguagem, é diálogo inter-subjetivo, é o reconhecimento do outro é alteridade. A sexualidade revela o ser humano como desejo do outro e este ser mostra, sobretudo a afetividade, mundo onde se realiza ou se frustra enquanto tal situa-se na esfera do amor que é sempre uma esfera sexuada. A maioria de nós, nascemos em famílias heterossexuais, esta é uma comunidade afetiva com base na união entre um homem, uma mulher e seus filhos. E é na família que os valores são agregados, transmitidos, ensinados e se dá muito mais pela vivência. A partir dessa vigília constante e a tentativa de reprimir essas sexualidades periféricas, em que se relacionam o prazer e o poder, estes se reforçam. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espionagem, investiga, apalpa, revela; prazer de escapar a esse poder. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue - poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar, de resistir (TEIXEIRA, 2012, s/p).

E muitos ainda escondem ou negam esses prazeres, pois há muitos preconceitos e limites na abordagem desse tema. Não há muita visibilidade e trabalhos direcionados no espaço escolar. E a escola precisa ser vista, entre outros lugares, como um espaço privilegiado de formação cidadã e de luta contra toda espécie de preconceitos. Por isso, a necessidade de estudar e analisar como é a abordagem dessa temática nas Escolas Estaduais de Educação Profissional em Juazeiro do Norte, no estado do Ceará, em todas as disciplinas, mas principalmente na disciplina de Formação para Cidadania, já que cabe ao educador o papel de problematizador e orientador “[...] para que os adolescentes aprendam a refletir e tomar decisões coerentes com seus valores, no que diz respeito à sua própria sexualidade, ao outro e ao coletivo, conscientes de sua inserção em uma sociedade que incorpora a diversidade” (PCNs, p. 204,s/d).

Então ainda é preciso haver uma maior orientação no trabalho com essa diversidade, e pretendemos com essa pesquisa contribuir para que professores e alunos consigam tratar essa temática.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A opção pela abordagem qualitativa desta realidade dar-se-á em função dos objetivos desta pesquisa, na qual buscaremos atingir a compreensão – ainda que parcial – de como a abordagem das temáticas relacionadas à sexualidade é feita nas Escolas Estaduais de Educação Profissional. Para isso, será realizada uma pesquisa bibliográfica, que pretende

contribuir para possíveis sugestões de temas a serem abordados nas aulas da disciplina de Formação para Cidadania, de forma estruturada para que o preconceito e o medo tratar esse tema sejam superados, independente da disciplina que se leciona.

Utiliza-se a metodologia qualitativa, devido ao seu caráter exploratório, que nos favorecerá compreender o fenômeno na sua complexidade e suas peculiaridades. Serão discutidos alguns aspectos acerca de determinadas questões imbricadas no processo de investigação desenvolvido quando da consecução do presente estudo, observando as diferentes constituições familiares e os diferentes discursos que incidem sobre os sujeitos (religioso, midiático, científico).

De acordo com Minayo (2008) “os métodos quantitativos têm o objetivo de mostrar dados, indicadores e tendências observáveis, ou produzir modelos teóricos abstratos com elevada aplicabilidade prática. Suas investigações evidenciam a regularidade dos fenômenos”, aplicando-se “[...] ao estudo das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, fruto das interpretações que as pessoas fazem a respeito de como vivem, pensam e sentem” (MINAYO 2008 apud QUIRINO, 2012).

Nas Escolas Estaduais do Ceará há a Disciplina de Formação para a Cidadania, na qual o Professor Diretor de Turma aborda os mais variados temas, inclusive a sexualidade. Para atuar como PDT o professor pode ser de qualquer área do conhecimento: Linguagens, Ciências da Natureza, Ciências Humanas ou Matemática, desde que já lecionem alguma disciplina na turma, uma vez que se trata de uma disciplina da Parte Diversificada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conhecimento e a reflexão sobre a construção social da sexualidade devem estar presentes no espaço escolar, de forma contextualizada, nos mais diversos ambientes e não apenas como tema exposto no currículo trabalhado em sala de aula. Portanto, é preciso assumir o posicionamento político de abordar os conteúdos da sexualidade, relações étnico-raciais e muitos outros temas na escola, ao entender que com a ampliação do conhecimento enfrenta-se o preconceito e reduzem-se as práticas discriminatórias e excludentes.

A abordagem dessa temática tem sido ao longo dos tempos, objeto de incontáveis escritos, interpretações e comentários na religião, na política, na moral, na literatura e na ciência, mas de certa forma ainda pouco vivenciada na escola. Raramente estas abordagens são objetivas e livres de contaminações morais, religiosas e culturais.

Entre toda a diversidade sexual humana a questão de orientação sexual tem sido talvez a mais distorcida. Remontando-se ainda à questão do sexo masculino e feminino, o que parece absurdo nos tempos de hoje, ainda nos depararmos com essas situações. Se acontece porque ainda não se tem uma definição da identidade de cada um não se sabe, mas é preciso ter claro que “A identidade de gênero é, portanto, a maneira como alguém se sente e se apresenta para si e para os demais na condição de homem ou mulher ou, em alguns casos, de uma mescla de ambos, sem que haja nisso uma conexão direta e obrigatória com o sexo biológico” (JESUS, 2008, p. 35).

Então não se pode ter receio de abordar a sexualidade. Ao contrário, deve-se extrapolar a dimensão da matriz curricular para alcançar uma concepção ampla de currículo, que é pensado para além da sala de aula, alcançando o pátio da escola, o espaço das refeições, o entorno da escola, a casa do educando.

Assim, manter um direcionamento de temas sobre gêneros e diversidade sexual nas políticas públicas educacionais, sobretudo no chão da escola deve incluir formas mais expressivas de discussão sobre as relações afetivas entre os sujeitos independentes do sexo masculino e feminino. Pois nas relações entre os gêneros e na diversidade sexual, os envolvidos precisam ser vistos como sujeitos de classe, com direitos civis e sociais, que precisam ser garantidos nos espaços escolares e na sociedade em geral.

Como afirma Costa (1994), a sexualidade tem um aspecto conflituoso, controverso e desconhecido do ser humano. E, infelizmente ainda não se sabe lidar com esse importante aspecto da vida, criando-se modelos estanques que terminam por agravar essa situação ao tentar encaixar e classificar as pessoas. São moldes, muitos dos quais baseados apenas no preconceito e na falta de informação, que não permitem que as pessoas sejam exatamente como são ou que como gostariam de ser.

A sexualidade é uma manifestação biopsicossocial do ser humano, que vem sofrendo através da história, toda a sorte de controle por interesses diversos. Negada ou incentivada, a Igreja, o Estado e o poder econômico sempre se valeram deste meio profundo do relacionamento humano (onde a afetividade e o prazer formam a base motivacional), para dominar, corromper, atemorizar ou lucrar. Atualmente a exploração comercial da sexualidade feminina, oferece uma ideia superficial, desvinculada do afeto, sustentada em modelos descartáveis, consumistas, estereotipados e preconceituosos, com a imposição da estética e como prerrogativa exclusiva da juventude. Mesmo com uma imagem muito explorada, a sexualidade feminina sempre foi terreno inóspito, com conhecimento centrado geralmente nos

aspectos da reprodução humana. Nas escolas bem intencionadas, ainda hoje, palestras esporádicas sobre sexualidade, resumem-se em estudar o corpo reprodutivo e estimular a prevenção à gravidez indesejada. Não falam sobre homossexualidade de uma forma que venha até a esclarecer aos jovens o que realmente é orientação sexual.

Com todo o desenvolvimento de uma rede de discursos sobre o sexo, sexualidade e diversidade de gênero já se percebe o incremento de uma adequação do vocabular sobre o tema, de forma que já se distingue um vocabulário autorizado e outro tido como chulo/impróprio, e de um ajustamento aos lugares onde se pode falar sobre ele e a forma como se pode falar em cada lugar. Dessa maneira, o silêncio sobre o sexo deveria se concretizar nas relações familiares (principalmente as que envolviam crianças); na escola; com as pessoas que não seriam íntimas ou legitimadas para tal. O sexo colocado em discurso não foi restringido, mas incitado, a vontade de saber passa a se constituir uma ciência da sexualidade e de seus comportamentos.

Tem-se buscado e apoiado nas instituições um discurso de verdade sobre o sexo, mas o que não é institucionalizado é excluído, pois somente este é aceito como verdadeiro e tido como exemplo para atuações dos indivíduos. Mas efetivamente o que se fala sobre o sexo é o esmiuçado e analisado pela sociedade para controle da população, mesmo que esse discurso não seja o “verdadeiro”, divulgado e esperado. De acordo com Foucault (1992, p. 244), a partir do século XVIII, há uma proliferação de discursos sobre sexo, constituindo uma “técnica do poder vigente que incita a propagação de discursos, através de instituições como a Igreja, a escola, a família, o consultório médico, para que se possa controlar o indivíduo e a população”.

O que não é aceitável para a geração ou por ela transfigurado é ao mesmo tempo eliminado, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como não deve existir e à menor manifestação fá-lo-ão desaparecer – sejam atos ou palavras. As crianças, por exemplo, como não têm sexo: é uma boa razão para interdita-las, para proibi-las de falarem dele, para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, para impor o silêncio geral aplicado. Uma lógica capenga, que mostra a hipocrisia de nossas sociedades burguesas. Porém, forçada a algumas concessões. Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutro lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, senão nos circuitos de produção, pelo menos nos do lucro. O prazer a que não se alude para a ordem das coisas que se contam; as palavras e, os gestos, então autorizados em surdina,

trocam-se nesses lugares a preço alto. “Somente aí o sexo selvagem teria direito a algumas das formas do real mas, bem insular e a tipos de discurso clandestinos, circunscritos, codificados. Fora desses lugares, o puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo” (FOUCAULT, 1990. p.10).

Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, o simples fato de falar dele e de sua atenção possui como que um ar de transgressão deliberada. “Há dezenas de anos que nós só falamos de sexo fazendo pose: consciência de desafiar a ordem estabelecida, tom de voz que demonstra saber que se é subversivo, ardor em conjurar o presente e aclamar um futuro para cujo apressamento se pensa em contribuir” (FOUCAULT, 1990. p.12). O prazer é assunto negado, ou quando muito, disfarçado numa linguagem subliminar de que o corpo feminino é um espaço sem muitos direitos. Com o prazer vinculado a um corpo que engravida, que gera, que culpa e martiriza, as mulheres protegem-se num contrato social definido por leis, que longe de garantir-lhe este almejado prazer, obriga-lhes após tantas expectativas frustradas, à manutenção da relação dependente, neurótica, sadomasoquista. para fugir, da categoria pejorativa criada culturalmente para as mulheres que estariam desprotegidas destas leis. Seriam as "descasadas", "mães solteiras", "largadas do marido", "as que estão em falta" (BAMPI, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre sexualidade ainda não propiciam um questionamento dos papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres pela sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis. Ainda se está muito preso aos conceitos em que homem e mulher têm um papel definido e que contrariar esses papéis é “pecar”, “não ter vergonha” ou tantos outros absurdos que a sociedade ainda apregoa. São atitudes e posicionamentos discriminatórios que afetam os diversos espaços sociais, inclusive a escola.

Palavras-chave: Aceitação; Respeito; Interdisciplinaridade; Formação para Cidadania.

REFERÊNCIAS

BAMPI, M. A. M. Poder, opressão e dependência na construção da subjetividade feminina. In.: BELLO, José Luiz de Paiva. **Pedagogia em Foco**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/mulher01.htm>. Acesso em 17/11/2004. Fonte:



<https://psicologado.com/psicologia-geral/sexualidade/homossexualidade-feminina-oamor-por-meio-da-in-visibility> © Psicologado.com.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual.** Secretaria de Educação Fundamental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>. Acesso em 20 de março de 2016.

COSTA, R. P. **Os 11 Sexos: as múltiplas faces da sexualidade humana.** São Paulo: Gente, 1994.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade. O uso dos prazeres.** Trad. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I - a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1990.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro, Ed. Graal 1992.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento.** 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

QUIRINO, G. S.; ROCHA, J. B. T. R. Sexualidade e educação sexual na percepção docente. **Educar em Revista.** Educ. rev. n°.43. Curitiba, Jan./Mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602012000100014. Acesso em: 20 nov. 2016.

SILLAMY, N. **Dicionário de psicologia Larousse;** trad: Francisco Franke Settineri. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

TEIXERA, J. **Homossexualidade Feminina: o amor por meio da in-visibility?** Publicado em 30 de maio de 2012. Disponível em: <http://psicologado.com/psicologiageral/sexualidade/homossexualidade-feminina-o-amor-por-meio-da-in-visibility>. Acesso em: 20 mai. 2014.